

UM QUESTIONAMENTO SOBRE A CAPACIDADE EXPLICATIVA DO CONCEITO DE "PLURIATIVIDADE" EM UMA REGIÃO DE PEQUENA AGRICULTURA DIVERSIFICADA¹

José Giacomo BACCARIN²

José Gilberto SOUZA³

Resumo

O presente texto realiza, a partir de uma reflexão sobre a adequação do conceito de pluriatividade para a compreensão dos processos de diversificação das ocupações e rendas agrícolas no Brasil, uma análise das atividades rurais agrícolas e não-agrícolas realizadas no município de Monte Alto-SP. Destacando que em regiões caracterizadas pela agricultura familiar diversificada as ocupações, rendas e salários agrícolas apresentam índices mais significativos em relação às atividades não-agrícolas, bem como uma reduzida população que se ocupa destas atividades que denota uma situação de precarização do trabalho diante do perfil de não especialização e baixa remuneração das atividades não-agrícolas em relação aos padrões regionais. Estas considerações apontam para um questionamento sobre capacidade explicativa do conceito de pluriatividade para o campo brasileiro.

Palavras-chave: Pluriatividade. Agricultura familiar. Trabalho rural.

Abstract

An inquiry into the explanation capacity of the multi-activity concept in a small diversified agriculture region of Brazil

This study originated from concerns about the adjustment of the multi-activity concept for understanding the processes of diversification of jobs and agricultural income in Brazil. Its objective was to analyze farm and non-farm activities conducted in the municipality of Monte Alto-SP, Brazil. This region is characterized by diversified family farming, agriculture jobs, income and salaries that have greater significant indexes when compared to non-rural activities. Moreover, this region has a reduced population that must execute these activities, which indicate a precarious work condition due to the non-specialized labor and low compensation for the non-farming activities when compared to regional standards. These considerations were utilized for the investigation of the explanatory ability of the multi-activity concept for the Brazilian rural area.

Key words: Family farming. Multi-activity. Rural work.

¹ Trabalho realizado no Projeto RURBANO – NEA-IE/UNICAMP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

² Agrônomo, Professor do Departamento de Economia Rural – Unesp. Jaboticabal-SP. 14884-900. E-mail: baccarin@fcav.unesp.br

³ Geógrafo, Professor do Departamento de Geografia – Unesp (IGCE). Rio Claro – SP. 13.506-900. E-mail: jgilbert@rc.unesp.br

INTRODUÇÃO

São inúmeras as evidências do crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural do Brasil, durante os anos noventa. Apenas em parte, este fenômeno esteve associado ao desenvolvimento da pluriatividade praticada por membros das pequenas unidades familiares agrícolas ou à complementação de rendas auferidas por assalariados agrícolas em tempo parcial.

Em grande parte das vezes, é atribuído à pluriatividade um caráter valorizativo do rural. Nesse trabalho nosso objetivo é questionar esta perspectiva, procurando estabelecer que no Brasil a pluriatividade está associada à insuficiência de renda gerada na unidade de produção familiar, o que impõe aos seus membros a necessidade de complementá-la pelo exercício de novas atividades. A precarização, neste caso, se assemelharia àquela constatada para o caso dos assalariados agrícolas em tempo parcial.

O conceito de pluriatividade foi desenvolvido, em grande parte, com base na realidade agrícola européia. Daí deriva um outro questionamento, que é sua adequação e alcance para explicar o avanço contemporâneo das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro.

Este trabalho inicia-se com uma discussão sobre o conceito de pluriatividade e suas causas explicativas. Prossegue, verificando se as atividades não agrícolas no meio rural brasileiro podem ser associadas à pluriatividade. Por fim, analisa sua importância para uma região de pequenos agricultores, localizada no estado de São Paulo, mais precisamente no município de Monte Alto.

PLURIATIVIDADE E TRABALHO EM TEMPO PARCIAL

A pluriatividade é considerada, neste texto, como um fenômeno típico da pequena produção rural (unidade familiar detentora da posse da terra) que, além das atividades agrícolas tradicionais, se dedica a outras atividades para complementação de sua renda ou jornada de trabalho. Isto pode ocorrer via diversificação da unidade produtiva, com exploração de atividades não agrícolas (lazer e turismo rurais) e de nichos de mercado ou pelo emprego de membros da família em ocupações (assalariadas ou não) externas, não vinculadas diretamente a unidade produtiva.

Uma outra situação seria a vivenciada pelos trabalhadores assalariados a tempo parcial (PUGLIESE, 1988). Estes não detêm a posse dos meios de produção, embora também tenham diversas fontes de renda. Assalariam-se em diferentes locais, inclusive no setor urbano, sendo comum que, em determinadas fases do ano, acabem ficando desempregados.

A pluriatividade é encarada como um fator de reprodução e dinamização da pequena produção rural. Não seria intermediária entre a condição de dedicação plena às atividades agrícolas e seu oposto, o desligamento completo das mesmas, pela proletarianização ou perda dos meios de produção. "... a agricultura a tempo parcial (base da pluriatividade) não é um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola, constituindo, ao contrário, uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países". (KAGEYAMA, 1998, p. 518, grifado na transcrição).

Vários trabalhos afirmam que a pluriatividade está disseminada na agricultura européia. "Os estudos empíricos desenvolvidos em vários países indicam que ela (atividade agrícola a tempo parcial) está a afectar cada vez maior número e maior variedade de explorações agrícolas e de grupos de agricultores, isto é, já não só os pequenos agricultores ou os camponeses pobres, mas até os médios e os grandes agricultores". (MINGIONE; PUGLIESE, 1987, p.91).

Por fim, nesta seção, quer se separar o papel assumido pela pluriatividade de membros da pequena produção rural, como mecanismo de se aumentar o seu dinamismo ou de garantir sua sobrevivência, do aparecimento puro e simples de novas funções, especialmen-

te terciárias, em áreas rurais. Isto não necessariamente tem a função de fortalecer a pequena produção.

Existem regiões onde a estrutura agrária não se caracteriza pelo predomínio de pequenos estabelecimentos rurais e mesmo aí as atividades não agrícolas ganham relevância. Também, o aparecimento de novas funções pode refletir o que poderíamos chamar de invasão do rural pelo urbano, com a total descaracterização da terra como objeto de exploração de atividades agropecuárias. Seria o caso da compra de estabelecimentos rurais por setores de classe média urbana, com a terra passando a ter função de moradia ou de área de recreio (NEWBY, 1986). Onde isto ocorre, aumentam as necessidades e os espaços, por exemplo, do pequeno comércio e de serviços domésticos.

Os dois fenômenos podem até se complementar, com a pequena produção rural restante encontrando emprego suplementar para seus membros nas novas atividades surgidas em decorrência da "invasão" urbana. Contudo, em essência, são fenômenos diferenciados, sendo que o primeiro ainda preserva a base agrícola da área rural, enquanto no segundo isto tem pouquíssima ou nenhuma importância.

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E PLURIATIVIDADE NO BRASIL

GRAZIANO DA SILVA (1999), analisando as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), demonstra que as atividades não agrícolas, na primeira metade da década de 1990, contribuíram mais que as atividades agrícolas na geração de emprego no espaço rural do Brasil e de São Paulo.

A População Economicamente Ativa (PEA) agrícola no país passou de 18.500 mil, em 1992, para 18.154 mil, em 95, queda de 0,6% a. a., enquanto em São Paulo diminuiu 4,4% a. a., de 1.479 mil para 1.303 mil. Ao mesmo tempo, a PEA rural (moradora no espaço rural) aumentava 0,4% a. a. no país e 2,2% a. a. no estado. Isto em decorrência do crescimento dos empregos não agrícolas para os moradores do espaço rural, respectivamente de 3,5% e 9,8% a. a., no Brasil e em São Paulo.

Estes dados são condizentes com os de outros países e revelam a crescente importância dos empregos não agrícolas em áreas rurais. Pode-se perguntar se eles confirmam a presença da pluriatividade - entendida como combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pela mesma unidade da pequena produção rural - na agricultura brasileira e paulista?

Como o próprio Graziano da Silva reconhece, diretamente não. Em tese, poder-se-ia supor que as atividades agrícolas seriam exercidas por algumas famílias, enquanto outras exerceriam as atividades não agrícolas. Além disso, ao invés da pluriatividade (conforme o sentido que lhe estamos atribuindo), os dados podem estar revelando a presença de trabalhadores assalariados a tempo parcial na agricultura brasileira.

Em 1995, as atividades não agrícolas ocupavam 23% da PEA rural no Brasil. Entre as regiões, era o Sudeste que apresentava maior percentagem, de atividades não agrícolas (31%), enquanto o Sul apresentava um valor inferior à média nacional. Isto chama a atenção, pois é justamente nesta região que a presença da pequena unidade familiar é mais forte e, portanto, serve de evidência contrária à associação entre atividades não agrícolas e pluriatividade, entendida como fenômeno da pequena produção agrícola.

Por outro lado, a pluriatividade contém um caráter valorizativo e associa-se, no mais das vezes, ao desenvolvimento de atividades modernas e dinâmicas. Pode-se detalhar, para o caso brasileiro, quais seriam as atividades não agrícolas. Entre os ramos de atividade, a Prestação de Serviços Pessoais, em 1995, era o mais importante, contribuindo com 28,2% das ocupações não agrícolas da PEA rural no Brasil e 32,3%, em São Paulo. Em seguida, a Indústria de Transformação, com 20,1% e 24,7%, e, depois, a de Construção, com 10,7% e 11,9%, respectivamente, para o país e o estado (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.42).

Já entre os setores de atividade, era o de Serviços Domésticos que mais contribuía com o oferecimento de ocupações não agrícolas, 15,8% para o Brasil e 21,1% para São Paulo. A seguir vinha o setor de Construção, com 10,7% e 11,9%, respectivamente. A terceira posição no Brasil era ocupada pelo Ensino Público, com 9,1% e, no estado, pela Indústria de Alimentos, com 5,5%.

Isto leva Graziano da Silva (1999, p.44) a afirmar que: "... pelo menos metade da população rural não agrícola é constituída pelos empregados domésticos, pedreiros e seus serventes, prestadores de serviços gerais por conta própria, vendedores, motoristas, alfaiates, etc., todas elas ocupações que exigem baixo nível de qualificação."

Cabe destacar que, embora predominando serviços de baixa qualificação, os empregos públicos, especialmente os ligados ao ensino, apareciam com importância considerável, assim como os empregos gerados pela indústria de transformação, que pressupõem maior nível de qualificação.

O tipo de atividade não agrícola predominante no Brasil, com baixas qualificação e remuneração, leva a considerar que, menos do que estar associado à pluriatividade e à dinamização da pequena produção, este fato revelaria a luta contra a pobreza ou pela sobrevivência de pequenos agricultores pauperizados e, portanto, a caminho da proletarianização, ou de trabalhadores já despossuídos. Considere-se, neste sentido, a seguinte citação:

"Nossa intenção aqui é apenas chamar atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no país em 1990, tanto no meio urbano, como meio rural. E que, portanto, a possibilidade da pluriatividade com ocupações não agrícolas era fundamental para elevar e também estabilizar as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o país." (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.19).

O autor mostra que as atividades agrícolas que cresceram no país, durante a primeira metade da década de 1990, foram as que propiciaram menos de 15 horas de trabalho por semana. As mais estáveis, ou com jornada maior, diminuíram. Em 1995, 18% da PEA agrícola dedicavam-se exclusivamente a atividades de autoconsumo, 28% estavam ocupadas em atividades não remuneradas, 25% trabalhavam por conta própria, 26% eram considerados efetivamente empregados e apenas 3% eram empregadores. Sinais evidentes de precarização do trabalho: "..., podemos dizer que nos segmentos não patronais (assalariados e pequenos agricultores pobres) as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida." (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 29). Ou seja, o emprego não agrícola para o pequeno agricultor pobre não contribuiria, de maneira geral, para fortalecimento de sua unidade produtiva, mas ajudaria a adiar o abandono da agricultura

Por fim, o fato da principal ocupação não agrícola do meio rural ser a de empregados domésticos (entre eles, os caseiros), o que é mais forte em São Paulo, pode estar confirmando a "invasão do rural pelo urbano", com a terra deixando, em grande parte, de ser objeto de exploração agropecuária e se constituindo em local de moradia e lazer para a classe média urbana⁴.

A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE MONTE ALTO-SP.

A análise empírica sobre a questão da pluriatividade impõe como recorte metodológico áreas rurais de base familiar. O município de Monte Alto e seu entorno apresentam uma

⁴ Embora não explorado neste trabalho, é importante salientar que as PNADs, ao separar o rural do urbano, levam em conta as legislações municipais. Isto pode provocar confusões. Por exemplo, loteamentos clandestinos, em áreas consideradas legalmente como rurais, são tratados pelas PNADs como integrantes do espaço rural, embora de fato sejam áreas urbanas.

estrutura fundiária marcada pela presença de pequenos estabelecimentos rurais e um perfil de ocupação da mão-de-obra em grande parte familiar.

Os núcleos ou bairros rurais definidos na amostra reúnem atividades comuns, como centros religiosos e áreas de lazer, mas o poder local não apresenta uma política de descentralização de serviços públicos, como escolas e centros de saúde, oferecendo transporte para estas finalidades, apresentando efetiva mobilidade destas populações com a sede, concorrendo com a inexistência destes equipamentos sociais públicos nos núcleos rurais.

Para o desenvolvimento do trabalho de campo foram realizadas visitas de reconhecimento em toda a área rural, tomada de depoimentos, identificação dos núcleos e contagem dos domicílios. Os contatos permitiram identificar indivíduos da comunidade, denominados de "apoioadores de campo", que em conjunto com os Pesquisadores Coordenadores e estagiários realizaram o levantamento de domicílios e respectivas famílias, definindo o total existente nos núcleos (por arruamento), permitindo o planejamento da amostragem estratificada, com seleção sistemática de domicílio.

A amostra aleatória foi composta por 60 domicílios (parametrizados em 20% do total selecionado, definido o intervalo de 5 domicílios) aplicados em núcleos com número superior a 30 unidades domiciliares.(Tabela 2). Como asseveramos, os núcleos pesquisados apresentam poucos equipamentos sociais públicos e a amostra foi composta com base na planta de unidades de produção agropecuária do município, disponibilizada pelo Sindicato Rural local, que reunia informações sobre os núcleos, sem, no entanto, determinar o perfil demográfico que foi realizado com base nas visitas de campo para reconhecimento da área e formalização de cadastro de famílias/domicílios.

O Município de Monte Alto está inserido na grande base produtiva do complexo agro-industrial sucroalcooleiro da Região de Ribeirão Preto, constituindo-se em uma das poucas áreas que apresentam resistência a expansão do processo de intensificação do uso da terra pelo setor, em que pese seu paulatino crescimento.

De acordo com a tabela 1, verifica-se que o município, apesar da cana-de-açúcar estar presente, apresenta uma base produtiva bastante diversificada com uso do solo acen-tuadamente voltado para as atividades de fruticultura e outras atividades que reúnem outras frutas e horticultura que se associam à cebola, a quinta cultura em importância produtiva e, sobretudo, de ocupação de atividades parceiras. (Tabela 1)

Tabela 1 - Área plantada (Hectare) Município = Monte Alto-SP - 2007/08

Culturas	Área(ha).	%
Cana-de-açúcar	12.502,0	40,8
Gramas	4.633,0	15,1
Braquiária	4.078,7	13,3
Manga	2.303,5	7,5
Cebola	1.540,3	5,0
Limão	1.407,4	4,6
Laranja	1.243,4	4,1
Milho	1.219,1	4,0
Goiaba	726,0	2,4
Tangerina	411,6	1,3
Outras	556,6	1,8
Total	30.621,6	100,0

Fonte: LUPA/IEA/2007/08.

A manutenção de atividades não integradas ao complexo agrícola dominante na região atribui características específicas às relações sociais de produção não assalariadas, do tipo meeiro, com predomínio de pequenas unidades agrícolas, de base familiar, com o uso do solo destinado à produção de olerícolas (especialmente cebola) e fruticultura. Considerando que apesar de outras culturas apresentarem importância em área, as atividades olerícolas e de frutíferas respondem significativamente pelo uso do solo em mais de 25% e pelas taxas de ocupação da PEA rural no município.

Diante deste quadro a pesquisa objetivou perscrutar as condições de ocupação da mão de obra e seus impactos na composição da renda atentando para as atividades rurais agrícolas e não agrícolas no município que circunscreve pequenos bairros rurais, sendo a amostra constituída pelos núcleos descritos na tabela 2.

**Tabela 2 – Bairros Rurais do Município de Monte Alto –
Amostra Projeto Rurbano**

Bairro	Nº Domicílios	Amostra
Água Limpa	63	12
Anhumas	132	26
Barreiro	73	14
Cachoeira dos Martins	38	8
Total	306	60

Fonte: Planta de Unidades Produção Agropecuária –Sindicato Rural Município de Monte Alto-SP/ Dados da Pesquisa de Campo.

A definição do município e bairros rurais deveu-se ao conhecimento prévio das características locais e, sobretudo, por enquadrar-se em uma área de ocupação antiga, basicamente de migrantes italianos, com perfil de pequenas unidades de produção de base familiar. Destaca-se que o município, e seu entorno, apresenta outras unidades administrativas com uma estrutura fundiária muito diversa da malha rural regional em que predomina a cultura da cana-de-açúcar, sendo o Município de Monte Alto constituído por um expressivo número de pequenas unidades de produção.

Além disso, o município tem como características: i) um alto percentual de população rural, para os parâmetros regionais (Tabela 3); ii) e localização geográfica distante da região metropolitana ou fora da área de influência direta de grandes centros urbanos - o município dista cerca de 80 Km. de Ribeirão Preto - pré requisitos fixados pela Coordenação Nacional do projeto Rurbano. Diferenciando-se, juntamente com os municípios de seu entorno, dos percentuais de uso do setor agrícolas dominante na região, com percentual de uso do solo pela cana-de-açúcar inferior a 50% da área total. (Tabela 3)

Tabela 3 - População residente, situação do domicílio - Estado de São Paulo e municípios selecionados - 2000

Estado/ Municípios	Total	Urbana	Rural	% Participação Pop. Rural
São Paulo	37.032.403	34.592.851	2.439.552	6,59
Guariba ¹	31.085	30.223	862	2,77
Jaboticabal ¹	67.408	63.840	3.568	5,29
Monte Alto ²	43.613	40.765	2.848	6,53
Taiacu ²	5.619	4.847	772	13,74
Taiúva ³	5.506	4.758	748	13,59

1 Uso do solo pelo setor sucro-alcooleiro atinge índices superiores a 80% (incluídos soja e amendoim).

2 Uso do solo pelo setor sucro-alcooleiro atinge índices inferiores a 30% (incluídos soja e amendoim).

3 Uso do solo pelo setor sucro-alcooleiro atinge índices inferiores a 55% (incluídos soja e amendoim).

Fonte: Censo Demográfico 2000 e Censo Agropecuário 1995-1996/IBGE.

Ocupação da mão-de-obra rural em comparação estado de São Paulo

Segundo dados da PNAD, base 1998, a população rural ocupada em atividades não-agrícolas no estado de São Paulo, de maneira geral, superava a população rural ocupada em atividades agrícolas (Tabela 4). Destaca-se, contudo que tal processo não representa efetiva homogeneidade quando comparadas com regiões com perfil agrícola "estruturado". Ou seja, em áreas em que as atividades agrícolas não estão totalmente inseridas e ou subordinadas aos complexos agrícolas que produzam assalariamento intensivo e ou que desestruturam a base de agricultura familiar, seja pela substituição de atividades agrícolas, da redução do policultivo, da produção de subsistência, seja pelo processo de alteração da estrutura fundiária em direção à concentração de terras. (Tabela 4)

Tabela 4 – PEA Ocupada Rural Não Metropolitana*, segundo Situação Ramo de Atividade, Estado de São Paulo (1998) e Município de Monte Alto

Ramos de Atividade	POPULAÇÃO (em mil pessoas)	%	AMOSTRA (número de pessoas)	%
	908	100,00	135	100,00
Agrícola	429	47,25	127	94,07
Não Agrícola	479	52,75	08	5,93

* PEA restrita.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp - BASALDI (2001)/Pesquisa de Campo.

Observa-se que no conjunto do estado há uma queda da demanda por mão-de-obra em atividades agrícolas, como decorrência da incorporação de tecnologias nas etapas de

colheita e pós-colheita, que tradicionalmente responderam pela maior parte do uso de mão-de-obra, marcadamente na cultura da cana-de-açúcar, seguido pelo café, grãos e oleaginosas. No entanto, na amostra, observa-se que as atividades não-agrícolas são pouco significativas (5,93%).

Mesmo algumas culturas, que ainda apresentam uso intensivo de força de trabalho, alteraram seu padrão de incorporação do trabalho vivo. É o caso da laranja, com tendência a restringir-se a alguns segmentos empresariais, reduzindo áreas de plantio em aproximadamente 166.000 ha, entre 1999 e 2000, aumentando as taxas de desemprego aberto nas regiões centro e norte do estado.

As atividades que apresentam um processo inverso ao descrito são: i) as olerícolas que são responsáveis entre 1% e 2% da área rural e representam em torno de 10% da força de trabalho empregada; ii) as frutíferas que também ocupam 1% da área agrícola do estado e representam 10% do total da demanda por mão-de-obra agrícola. No município de análise estas duas atividades são responsáveis por aproximadamente 44,1% da área, caracterizando uma PEA Ocupada fortemente agrícola, que distribuída segundo a ocupação principal acompanha os percentuais do estado, demonstrados nas tabelas 5 e 6.

Tabela 5 - PEA Rural Não Metropolitana Ocupada em Atividades Agrícolas*, segundo a Ocupação Principal, Estado de São Paulo (1998) e Munic. Monte Alto

Ocupação Principal	POPULAÇÃO (em mil pessoas)	%	AMOSTRA (Número de pessoas)	%
	429	-	127	100,00-
Trabalhador rural	271	66,58	83	65,89
Agríc. conta própria	82	20,15	31	24,03
Operador agrícola	28	6,88	02	1,55
Dirigente na agricultura	11	2,70		0,00
Empregador	15	3,69	11	8,52
Total	407	100,00	127	100,00

* PEA restrita.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp - BASALDI (2001)/Pesquisa de Campo.

Tabela 6 - PEA Rural Não Metropolitana Ocupada*, segundo Área e Ramos de Atividade, Estado de São Paulo (1998) e Município de Monte Alto

Ocupação Principal	POPULAÇÃO (em mil pessoas)	%	AMOSTRA (Número de pessoas)	%
	908	100,00	135	100,00
Agrícola	429	47,25	127	94,08
Não-agrícola	479		8	
Indústria de transformação	96	10,57		
Indústria da construção	57	6,28	1	0,74
Outras atividades industriais	12	1,32		
Comércio de mercadorias	71	7,82	4	2,96
Prestação de serviços	152	16,74	2	1,48
Serviços auxiliares	9	0,99		
Transporte ou Comunicação	21	2,31	1	0,74
Serviços sociais	31	3,41		
Administração pública	14	1,54		
Outras atividades				

* PEA restrita.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp - BASALDI (2001)/Pesquisa de Campo.

Embora, na amostra, o número de pessoas em atividades não-agrícolas seja, em termos relativos, muito pequeno, em seu detalhamento observa-se a presença daquelas atividades que têm apresentado importância relativa no conjunto do estado, tais como os ramos de atividades de prestação de serviços (doméstico e cabeleireiro) e comércio, seguidos da construção civil (pedreiros e auxiliares).

A participação do emprego doméstico nas atividades não agrícolas, segundo Graziano da Silva (1999), é decorrente da dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola; o crescimento das moradias da população de alta renda nos espaços rurais e o aumento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside no espaço rural em função das facilidades de moradia neste espaço. Esta última consideração explicita melhor as condições de trabalho doméstico no município de Monte Alto, uma vez que nas áreas de Rural Privado, com parceiros e meeiros, tem-se por característica manter casas para trabalhadores, o que responde em muito, de um lado, pela permanência de famílias de trabalhadores rurais aposentados que continuam a residir na área e, de outro, pelo número de famílias que apresentam rendimentos provenientes de aluguéis urbanos.

Renda da PEA Rural

Os resultados obtidos nas rendas da PEA rural do município de Monte Alto reforçam as considerações acerca do reduzido papel explicativo da pluriatividade no rural estruturado paulista. As rendas mensais médias das famílias monoativas atingiram patamares superiores das pluriativas. E, quando comparadas as famílias essencialmente rurais monoativas e

pluriativas em relação às urbanas a diferença é mais expressiva R\$ 1.773,53 e R\$ 1.170,61, respectivamente (34%). (Tabela 7)

As rendas agrícolas destas famílias atingem faixas superiores a 8,93 salários mínimos, que são extremamente significativas para os padrões do agrário paulista. No caso das famílias (monoativas) de trabalhadores rurais a faixa é superior a 5 salários mínimos.

Tabela 7 – Número de Famílias, Ocupação principal e Renda Monetária Familiar Mensal Município de Monte Alto – SP

Famílias Monoativas			
Ocupação Principal	Número	%	<i>Renda Monetária Familiar Mensal</i>
Trabalhador	10	16,7	904,76
Conta-própria	24	40,0	1.539,11
Empregador	07	11,7	2.384,77
Média	41	-	1.609,54
Famílias "Pluriativas"			
Trabalhador – Rural/Urbana	03	5,0	823,33
Trabalhador – Rural/Rural	01	1,7	1.585,88
Conta própria – Rural/Urbana	02	3,3	808,58
Conta própria – Rural/Rural	05	8,3	2.453,15
Empregador - Rural Urbana	06	10,0	1.879,92
Média	17		1.510,17
Famílias de Aposentados			
Aposentados	02	3,3	513,16

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Deve-se considerar ainda as áreas médias das propriedades ou de contrato de meação. Segundo dados do LUPA da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo a estrutura fundiária no município apresenta 648 estabelecimentos que estão nas faixas de 1,2 ha a 50 ha que representam, aproximadamente, 40% da área total, sendo que a área média das unidades pesquisadas é de 45 ha distribuídos em média para 8 ou 9 famílias de meeiros constituindo uma área média de produção de 8 a 12 ha.

O fator de decisiva diferenciação entre estas rendas, tanto no primeiro caso entre as famílias monoativas em relação às famílias pluriativas, como no segundo, comparando as estritamente rurais e as rurais-urbanas, concentra-se no perfil de ocupação das atividades de frutíferas e olerícolas que representaram as ocupações melhor remuneradas na região, principalmente na cultura da cebola, base de produção das famílias monoativas. Esta olerícola é desenvolvida por aproximadamente 54% das famílias monoativas, nas famílias conta-própria atinge 50% e nas empregadoras 85,7%, sendo que, nesta última, a cultura responde por mais de 70% de suas rendas.

Outro elemento determinante nos altos valores destas rendas refere-se ao ano atípico da cebola e do limão, cultura que aparece em segundo lugar em rendimentos, que representaram mais de 55% da renda total dos agricultores e trabalhadores pesquisados. Apesar

desta inflexão nos preços destes produtos a trajetória de sucessivas quedas dos preços, apresentadas nos seis últimos anos, não foi suficiente para promover o abandono e a substituição da horticultura. Por sua vez, o crescimento da cana-de-açúcar ocorrido neste período sofreu restrições diante da crise enfrentada pelo setor no biênio 1998/99 gerando dúvidas aos proprietários dos estabelecimentos rurais quanto à estabilidade da cultura dominante na região. (Tabela 7)

A cultura da cebola, como outras olerícolas cultivadas na região, apresenta um ciclo semestral promovendo a introdução de diversas atividades agrícolas, tais como milho, arroz, entre outras. Isto representa reduzida sazonalidade na unidade de produção, permitindo ocupação agrícola por quase todo o ano. Certamente estes fator também elucida a reduzida importância explicativa que a pluriatividade apresenta neste contexto.

Os resultados respondem ainda pelo perfil de especialização destes agricultores principalmente na cultura da cebola, seguida pela fruticultura, particularmente, a manga e o limão, este último produzido por mais de 45% das famílias.

A análise das composições das rendas demonstra ainda mais a dificuldade de transferir para o conceito de pluriatividade o apanágio de sustentabilidade e fortalecimento da agricultura familiar, mesmo diante da ocorrência de diversificação das atividades não-agrícolas no meio rural, pois, as rendas não acompanham o perfil das famílias monoativas. As altas rendas, mesmo para os assalariados, o tipo de exploração e as relações sociais de produção do tipo meeiro explicam a pequena importância e presença de atividades não agrícolas, como comércio, pesque-pagues, entre outros. (Tabela 8)

Tabela 8 - Composição das Rendas por Ocupação Principal – Município de Monte Alto – SP (%)

Famílias Monoativas					
Ocupação Principal	Agrícola	Não-Agrícola	Alug./Transf.	Autocon.	Apos/Benef.
Trabalhador	84,67	0,00	0,00	8,55	6,78
Conta-própria	83,86	0,00	6,83	5,95	3,36
Empregador	97,25	0,00	0,65	2,10	0,00
Média	87,43	0,00	4,22	5,34	3,01
Famílias "Pluriativas"					
Trabalhador – Rur/Urbana	55,23	30,26	0,00	3,58	10,93
Trabalhador – Rur/Rural	80,26	7,35	0,81	9,82	1,76
Conta-própria – Rur/Urb..	60,26	30,50	0,00	6,94	2,30
Conta própria – Rur/Rur.	80,26	7,35	9,82	0,81	1,76
Empregador - Rural Urb.	86,81	12,92	0,00	0,27	0,00
Média	78,91	13,79	0,35	5,13	1,82
Famílias de Aposentados					
Aposentado	12,09	0,00	0,00	7,54	80,37
Médias Totais	84,06	4,34	2,97	5,29	3,34

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A análise da composição das rendas, que já apresentava média monetária superior à das famílias "pluriativas", quando verificadas demonstra a importância das rendas agrícolas em relação às não-agrícolas e a reduzida participação de outras rendas na composição das rendas das famílias monoativas independentemente da ocupação principal.

O crescimento de atividades não agrícolas, neste caso, se realiza por ocupações de caráter não especializado, com baixa remuneração, mais uma vez evidenciando que esta diversificação ocupacional se realiza como forma de complementação de renda destas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades não-agrícolas apresentam crescimento no estado de São Paulo em relação às atividades agrícolas, quando concentradas em processos produtivos que passam por incorporação de tecnologia com paulatina redução da demanda de mão-de-obra e ou controle por determinados setores empresariais. Este processo não se concretiza tão rapidamente em áreas rurais estruturadas, em que atividades não-agrícolas não apresentam significativa importância, ainda que as atividades não-agrícolas acompanhem os setores da economia que mais se diversificam e se dinamizam no rural paulista (serviço e comércio).

Pode-se concluir que a realidade rural do Município de Monte Alto-SP é marcada pela pequena agricultura, com uma estrutura fundiária e relações sociais de produção distintas, e se distancia do conceito de pluriatividade na forma como fora concebido para o entendimento da realidade rural européia, reforçando a concepção de que a introdução de novas ocupações reflete a precarização das relações de trabalho no Brasil, no campo e na cidade. A análise da validade do conceito, neste caso, está assentada na natureza do processo de produção da agricultura brasileira que concentra terra e expõe grande massa de trabalhadores ao subemprego rural e urbano, bem como de um processo marcado por baixa rentabilidade das atividades agrícolas familiares que exige a inserção da força de trabalho familiar em atividades não agrícolas como forma de manutenção da unidade de produção, como mecanismo de reprodução social da agricultura familiar.

As análises permitem dizer que em situações onde as atividades agrícolas incorporam a força de trabalho local e com padrões satisfatórios, de rendas e salários, a diversificação e ou crescimento de atividades não-agrícolas, a "pluriatividade", não se apresenta com significativa importância e quando se realiza não atinge os mesmos perfis de renda e população ocupada, dificultando a compreensão deste conceito como explicativo do processo de fortalecimento de trabalhadores e agricultores familiares.

Por fim, vale ainda uma reflexão sobre o distanciamento deste conceito em uma outra situação considerada por Pugliese (1988), não detalhada neste trabalho, que seria a vivenciada pelos trabalhadores assalariados a tempo parcial que não detêm a posse dos meios de produção, assalariam-se em diferentes locais, inclusive no setor urbano, sendo que, em determinadas fases do ano, acabam ficando desempregados. Talvez, neste caso, a precarização responda ainda mais sobre esta realidade.

REFERÊNCIAS

BASALDI, O. V. Evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural paulista nos anos noventas. **Agricultura em São Paulo**. São Paulo, v.48, n.1, p.21-38.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP-IE, 1999. 151p. (Coleção Pesquisas, 1).

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul/set.1998.

ESTADO DE SÃO PAULO (Governo) **Levantamento de Unidade de Produção Agropecuária – LUPA**. São Paulo-SP.: SAA/IEA., 1986. v.3.

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural – alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, n. 22, p. 83-99, abril 1987.

NEWBY, H. Cambio estructural em agricultura y futuro de la sociedade rural. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 38-39, enero-junio 1986.

PUGLIESE, E. Estratificación social y trabajo a tempo parcial. In: ETXZRRETA, M. (Ed.) **Desarrollo Integrado**. Madrid, Ministerio de la Agricultura y Pesa, 1988.

SOUZA, J.G. **Políticas de desenvolvimento rural: a pequena agricultura e os assentamentos rurais no estado de São Paulo, Jaboticabal-SP: FCAV/UNESP. 2001. 33p.(inédito).**

Recebido em novembro de 2010

Aceito em junho de 2011

